

## Prioridades para 2010

Em 2009, a Ajufe contribuiu, por meio do trabalho incansável e diário, para que a magistratura federal vencesse algumas batalhas na luta pela preservação das prerrogativas e direitos constitucionais da categoria. Essas conquistas são reflexo da atuação da entidade na defesa intransigente dos interesses de seus associados e servem como estímulo para que

a Ajufe continue desempenhando, com afinco, seu papel de representante da magistratura federal. Alguns temas como férias coletivas e individuais, resgate do Adicional por Tempo de Serviço, mais segurança para os juízes e manutenção da idade para aposentadoria compulsória estão na pauta de prioridades da Ajufe para 2010.

Págs. 4 e 5

### Cidadania no Dona Marta

A próxima edição do projeto *Expedição da Cidadania* será realizada no Morro Dona Marta, no Rio de Janeiro (RJ). O local foi definido em reunião da Ajufe e de juízes federais com o governador do estado, Sérgio Cabral, no Palácio das Laranjeiras.

Pág. 7



Virginia Pardal

### Implantação das varas federais

A convite do presidente do STJ e do CJF, ministro Cesar Asfor Rocha, o presidente da Ajufe, Fernando Mattos, participou de almoço, na Corte, com a Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. Na ocasião foi discutida, entre outros temas, a necessidade da garantia de recursos no orçamento de 2010 para a implementação das 46 varas federais para o ano que vem. O assunto é uma das lutas da atual diretoria da Associação.

Pág. 11

### Juízes federais reunidos

O XXVI Encontro Nacional dos Juízes Federais, realizado em outubro, em Curitiba (PR), foi marcado por debates sobre a responsabilidade do Estado e a participação dos juízes nas políticas públicas. Mais de 300 magistrados prestigiaram o evento.

Págs. 8 e 9



Kraw Penas

# Diálogo Aberto

O ano terminou com a diretoria da Ajufe tendo a certeza de que tudo o que foi possível fazer em 2009 para alcançar, seja no Judiciário, no Legislativo ou no Executivo, as aspirações e as necessidades dos magistrados federais foi feito.

Desse esforço não é necessário falar. Os nossos associados têm recebido continuamente, por meio de nossos comunicados, boletins e outros meios de informação disponibilizados de forma democrática por esta diretoria, um balanço rotineiro de nossa luta diária junto a todas as autoridades que compõem os Três Poderes na defesa dos interesses da magistratura federal.

Mas sabemos que ainda há muito a ser conquistado, que muitas batalhas serão travadas no ano de 2010 que começa e, para isso, estamos nos preparando.

Neste número do **Informativo Ajufe** estamos dedicando um espaço para mostrar algumas das lutas que serão travadas no Congresso Nacional em defesa dos anseios de nossos associados, como por exemplo, o restabelecimento do ATS, o projeto que disciplina as férias coletivas de magistrados e membros do Ministério Público, bem como a busca da recomposição das perdas salariais da categoria, entre outras coisas.

Ao ler este nosso Informativo você também ficará sabendo sobre o sucesso do XXVI Encontro Nacional dos Juizes Federais, realizado em Curitiba (PR) que, na sua abertura, contou com a presença das maiores autoridades do Poder Judiciário do País e sobre o VI Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais (Fonajef), realizado em Goiânia (GO).

O nosso Informativo também traz informações a respeito projeto *Futebol Cidadão*, o lançamento da *Cartilha de Direito Previdenciário* e a próxima etapa da nossa *Expedição da Cidadania*.

Aproveite a Leitura.

**Fernando Mattos**  
Presidente

## Ajufe na Imprensa

Em dezembro, a Ajufe foi assunto da imprensa por diversas vezes, com destaque para o artigo “A Justiça Federal está fazendo a sua parte”, de autoria do presidente da entidade, Fernando Mattos, e do tesoureiro da Associação, Vilian Bollmann. O texto foi publicado no site Consultor Jurídico, no dia 2. “Fica claro que o País e os cidadãos ganham com o trabalho desenvolvido pela Justiça Federal, e que investir nela traz retorno social e econômico”, diz o artigo.

No mesmo dia, o Consultor Jurídico dedicou espaço à comissão permanente da Ajufe que acompanhará a tramitação, no Congresso Nacional, de projetos relativos à expansão da Justiça Federal de segundo grau, incluindo a proposta de criação dos tribunais regionais federais da 6ª à 9ª Regiões, com as respectivas sedes em Curitiba (PR), Belo Horizonte (MG), Salvador (BA) e Manaus (AM).

O site Consultor Jurídico também deu destaque, no dia 1º de dezembro, ao lançamento do projeto social *Futebol Cidadão – Direito, Cidadania e Futebol*, promovido pela Ajufe em parceria com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). A reportagem anunciou o evento, que aconteceu na Granja Comary, em Teresópolis (RJ).

No dia 12 de dezembro, o jornal O Estado de S. Paulo publicou carta da Ajufe que esclarece os principais pontos do pedido de providências formulado pela entidade ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que seja reconhecida e aplicada a simetria constitucional entre magistrados e membros do Ministério Público. Três dias antes, o mesmo veículo havia publicado editorial intitulado “As férias da magistratura”, citando o pedido da Ajufe, mas sem detalhar as intenções da Associação.

A Ajufe também foi citada nos jornais Folha de S. Paulo, Jornal do Commercio e nos portais R7, IG e JusBrasil.

## Expediente

Diretoria da Ajufe - Biênio 2008/2010

**Presidente** - Fernando Cesar Baptista de Mattos

**Vice-Presidentes**

**1ª Região** - Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes

**2ª Região** - Andréa Cunha Esmeraldo

**3ª Região** - Nino Oliveira Toldo

**4ª Região** - Carla Evelise Justino Hendges

**5ª Região** - José Parente Pinheiro

**Secretário-Geral** - Jurandi Borges Pinheiro

**Primeiro Secretário** - Paulo Cesar Neves Junior

**Tesoureiro** - Vilian Bollmann

**Revista** - André Ricardo Cruz Fontes

**Cultural** - Raquel Domingues do Amaral Corniglian

**Social** - Isadora Segalla Afanasieff

**Relações Internacionais** - Marcelo Navarro Ribeiro Dantas

**Assuntos Legislativos** - Paulo Ricardo Arena Filho

**Relações Institucionais** - Antônio Sávio de Oliveira Chaves

**Assuntos Jurídicos** - Márcia Vogel Vidal de Oliveira

**Esportes** - Marcus Livio Gomes

**Assunto de Interesse dos Aposentados** - Edison Messias de Almeida

**Comunicações** - Lidiane V. Bomfim Pinheiro de Meneses

**Administrativo** - Élio Wanderley de Siqueira Filho

**Informática** - Bruno Augusto Santos Oliveira

**Coordenador de Comissões** - Ivanir Cesar Ireno Junior

**Conselho Fiscal**

Guy Vanderley Marcuzzo

Marcello Ennes Figueira

Bianca Georgia Arenhart Munhoz da Cunha

**Suplentes**

Manuel Maia de Vasconcelos Neto

Roberto Carlos de Oliveira

**Informativo Ajufe**

**Projeto Editorial** - Leticia Capobianco

**Edição e Revisão** - Leticia Capobianco e Virginia Parda

**Redação** - Clovis Souza, Jair Cardoso, Leticia Capobianco e Virginia Parda  
imprensa@ajufe.org.br

**Projeto Gráfico e Diagramação** - Mirian Silva

**Fotos** - Felipe Miranda, Jair Cardoso, Kamení Kuhn, Luiz Antônio, Virginia Parda

**Impressão** - Ideal - (61) 3344-2112

**Ajufe - Associação dos Juizes Federais do Brasil**  
SHS Quadra 6, Bloco E, Conj. A, salas 1.305 a 1.311  
Brasil 21, Edifício Business Center Park 1  
Brasília/DF - CEP 70.322-915 Tel. (61) 3321-8482  
Fax (61) 3224-7361 www.ajufe.org.br

# Futebol Cidadão: esporte e Justiça caminham juntos

Seleção Brasileira Feminina Sub-16 participa do lançamento do projeto



Fotos: Jair Cardoso

Meninas da Seleção Sub-16 assistem à palestra do juiz Willian Douglas

A Ajufe lançou no dia 4 de dezembro, na Granja Comary (RJ), o projeto *Futebol Cidadão – Direito, Cidadania e Futebol*, com a presença da Seleção Brasileira Feminina Sub-16 de Futebol. A iniciativa é resultado de parceria com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e as Organizações Globo, e tem por finalidade promover aulas, até a Copa do Mundo de 2014, e distribuir material didático sobre noções elementares de cidadania e direito público aos jovens jogadores das categorias de base dos clubes de todos os estados do Brasil.

O lançamento do projeto contou com palestras de dois juízes federais, entre eles Leonardo Tochetto Paupério, que apresentou às atletas alguns aspectos importantes do texto constitucional. Segundo explicou, o projeto visa apresentar o futebol a esses jovens em formação profissional, e acrescentar em seu desenvolvimento uma formação cidadã, por meio de noções sobre a Constituição Federal, funcionamento do Estado brasileiro, direitos e deveres e conceitos básicos de legislação penal.

“Este é um projeto bastante valioso, porque é uma grande oportunidade

de desenvolvimento dos jovens e da sociedade por meio do esporte, instrumento muito eficiente de educação e de inclusão social. O *Futebol Cidadão* carrega consigo uma esperança muito grande de conseguir, com a efetiva participação dos juízes federais, transformar esses jovens atletas em craques, não só dentro de campo, mas, também, craques da vida”, complementou Paupério.

O outro palestrante, juiz Willian Douglas, explicou às jogadoras da Seleção Sub-16 os segredos para o sucesso. Segundo ele, é necessário muito estudo, dedicação, treinamento e confiança em si. Após a palestra, o magistrado destacou a relevância do programa. “Este é um projeto fantástico, porque envolve Justiça, sociedade e uma coisa que o brasileiro ama: o esporte. A participação dos juízes federais traz a Justiça para uma realidade mais cotidiana do brasileiro”, avaliou Douglas.

## Iniciativa aprovada

O técnico da Seleção Sub-16, Edvaldo Erlacher, aprovou a iniciativa. Para o treinador, “o projeto é extremamente importante porque vem para preencher

uma lacuna no esporte que é, justamente, fazer com que os atletas saibam conviver com a vitória e com a derrota”. “Sem dúvida, a experiência que essas jovens atletas da Seleção Sub-16 tiveram aqui hoje vai servir de base para a vida de todas elas”, afirmou. O diretor da CBF Luiz Gustavo Vieira de Castro também elogiou a iniciativa, enfatizando que “é fundamental que todos tenham conhecimento dos seus direitos e deveres”.

O diretor de esportes da Ajufe, Marcus Lívio, participou do lançamento do projeto e avaliou o evento como um sucesso. “O lançamento oficial do *Futebol Cidadão* foi extraordinário. Tivemos a oportunidade de ter contato com uma das seleções femininas de base da CBF, meninas jovens, que estão em uma fase da vida muito importante, não só no aspecto esportivo, mas, também, na formação de caráter, de valores. O projeto tem o objetivo de ajudar a preparar os jovens atletas para a vida, não só para o esporte”, resumiu.



Juízes e representantes da CBF no evento



Atletas da seleção feminina

# Ajufe define estratégia de atuação no âmbito legislativo em 2010

## Entidade continuará lutando pela aprovação de projetos prioritários

O ano de 2010 será ano de Copa do Mundo e de eleições gerais. É consenso em Brasília (DF) que quando isso ocorre, a tramitação de projetos legislativos fica prejudicada pela ausência de parlamentares na capital federal. Atenta a esta circunstância, a Ajufe continuará atuando para que as propostas de interesse da magistratura federal que tramitam no Congresso Nacional possam deslançar ainda no primeiro semestre.

Durante todo o ano de 2009, diretores e associados se revezaram no acompanhamento das principais propostas legislativas em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Muitas vitórias no âmbito do parlamento foram obtidas, sendo a mais recente a aprovação, no dia 16 de dezembro, do Projeto de Lei (PL) nº 2.057/2007, que trata da segurança dos juízes e integra o II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo, de cujo comitê intergovernamental a Ajufe faz parte.

Autora da proposta – apresentada à Comissão de Legislação Participativa da Câmara –, a Ajufe trabalhou semana a semana para que o projeto fosse incluído na pauta do Plenário o mais rápido possível, tendo solicitado a medida ao presidente da Casa, Michel Temer (PMDB-SP). O apoio do deputado Flávio Dino (PCdoB-MA), relator do PL na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara, também foi fundamental para a aprovação da matéria.

O PL foi aprovado, no entanto, sem as duas emendas sugeridas pela Associação. Por isso, a estratégia agora será batalhar para aprová-las no Senado Federal, para onde o projeto seguirá. A primeira emenda estende a proteção ao magistrado aposentado que ainda



Diretoria da Ajufe durante audiência com o presidente da Câmara, deputado Michel Temer

corre riscos em virtude de sua atuação quando da ativa. A segunda estabelece a possibilidade de proteção pelos órgãos de segurança do Poder Executivo.

Segundo o diretor de Assuntos Legislativos da Ajufe, Paulo Arena, o julgamento do crime por um colegiado, previsto no PL, representará, para o acusado, uma garantia adicional, na medida em que haverá menos risco de erro judicial. Já para o juiz da causa, o benefício decorrerá da “despersonalização do processo”, na medida em que será reduzido o risco de pressões ou retaliações contra ele de forma individual.

Mesmo com muitas conquistas, o intuito da Diretoria de Assuntos Legislativos da entidade é mobilizar ainda mais associados para defender, em ambas as casas legislativas, a aprovação ou rejeição de matérias consideradas relevantes para a categoria já no início de 2010. Confira nestas páginas 4 e 5 os temas legislativos que estarão na pauta da Ajufe.

### Adicional por Tempo de Serviço

O restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do Ministério Público

(MP) é tema prioritário para a Ajufe em 2010. O assunto é previsto na PEC nº 210/2007, que tramita na Câmara, e na PEC nº 21/2008, em trâmite na CCJ do Senado e que tem parecer favorável do relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Contudo, o projeto sofre resistência do governo devido ao impacto orçamentário que pode causar.

A Ajufe tem lutado para que ambas as propostas sejam acolhidas, pela Câmara e pelo Senado. Com o objetivo de vencer essas resistências, o presidente da entidade solicitou ao Conselho da Justiça Federal a elaboração dos cálculos orçamentários para que as articulações junto ao governo possam avançar. Para 2010, a estratégia é articular com as entidades parceiras, tanto no Poder Judiciário, quanto no próprio parlamento, pois a Ajufe entende que o resgate do adicional é de fundamental importância para a valorização da carreira de juiz federal.

### Subsídio

A Associação retomará sua luta por uma política remuneratória que valorize a magistratura. Diante da insatisfação em relação aos índices de correção sala-

rial concedidos ao longo dos últimos anos, a Ajufe considera necessária a revisão da atual sistemática de revisão do subsídio. Em ofício entregue ao presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministro Gilmar Mendes, a Ajufe e mais três entidades representativas da magistratura – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Associação dos Magistrados do Distrito Federal e Associação dos Magistrados da Justiça Militar Federal – salientaram a necessidade de observância plena do preceito constitucional que assegura a revisão anual do subsídio e pediram a elaboração de novo projeto de lei de recomposição para envio ao Congresso o mais rápido possível. A Ajufe lutará para que o novo projeto contemple uma política remuneratória de longo prazo, evitando o envio sucessivo de propostas.

### Férias coletivas

O trabalho da Ajufe no Senado não será diferente. A entidade lutará pela manutenção do atual sistema de recesso e férias. A diretoria de Assuntos Legislativos acompanhará os projetos importantes que estão em trâmite na Casa, como a PEC nº 48/2009, de autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que busca disciplinar o direito a férias coletivas dos magistrados e membros do Ministério Público (MP), e o Projeto de Lei da Câmara nº 6/2007, que altera o artigo 175 do Código de Processo Civil e a Lei



Audiência pública na CCJ do Senado

nº 5.010/1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância. Para a entidade, se aprovado, o projeto acabará com o recesso dos juízes. Em recente encontro com o senador Mercadante, foi acertado que a Ajufe participará de audiência pública para expor sua posição a respeito do tema.

### Reforma do CPC

A Ajufe apresentará contribuições à Comissão de Juristas presidida pelo ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça, instituída pelo Senado para elaborar anteprojeto de lei de revisão do CPC. No dia 17 de dezembro, o presidente da Ajufe, Fernando Mattos, participou da reunião na qual o ministro Fux apresentou a primeira fase dos trabalhos. As sugestões dos associados serão sistematizadas pelo coordenador da Comissão de Processo Civil da Ajufe, Aluísio Mendes.

### Reforma do CPP

A Ajufe defende a manutenção no Código de Processo Penal do poder de instrução complementar do juiz na ação penal. Para a entidade, o fim desse poder poderá transformar o processo penal em mera disputa entre acusação e defesa.

### Aposentadoria compulsória

A Ajufe continuará sua luta contra a PEC nº 457/2005, que eleva de 70 para 75 anos o limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público, em geral, inclusive dos magistrados. A Ajufe considera que a alteração, se aprovada, trará graves prejuízos ao interesse público e à carreira da magistratura e do MP, pois o alongamento em mais cinco anos do exercício na carreira impedirá a renovação necessária para dar celeridade e dinamização ao Judiciário, conforme exige o princípio da duração razoável do processo.

### Ação civil pública

Os diretores da Ajufe continuarão acompanhando a tramitação, na Câmara, do PL nº 5.139/2009, que disciplina a ação civil pública para a tutela de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos. A Associação distribuiu notas técnicas aos deputados, manifestando apoio à versão final do substitutivo apresentado pelo relator, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), no âmbito da CCJC. O PL também integra o II Pacto Republicano.

Segundo Paulo Arena, a modernização do rito processual das ações coletivas está satisfatoriamente contemplada no substitutivo de Biscaia, onde estão aglutinadas, em um mesmo diploma legal, normas hoje encontradas em leis diversas.

A Ajufe reiterou a importância da manutenção, no texto do substitutivo, da permissão para propositura de ação civil pública em questões tributárias e previdenciárias e outros fundos de natureza institucional, de modo a garantir mais agilidade na solução de conflitos de massa.



Frente Associativa da Magistratura e do MP em audiência com senador Aloizio Mercadante

# Por um atendimento de excelência aos associados da entidade

## Cerimônia marca inauguração de sede totalmente remodelada

Com o objetivo precípuo de garantir um atendimento de excelência aos associados de todo o País, a Ajufe inaugurou, no dia 2 de dezembro, as novas dependências de sua sede administrativa. Localizado em um dos principais centros comerciais de Brasília (DF), o Brasil XXI Edifício Business Center Park 1, o espaço foi adquirido em 2007, na gestão de Walter Nunes. Agora, com as reformas, a Associação busca oferecer aos seus funcionários uma melhor estrutura de trabalho, e aos seus filiados, muito mais conforto.

Para inaugurar o novo espaço, foi realizada uma memorável cerimônia, da qual participaram autoridades dos Poderes Judiciário e Legislativo, como o presidente do Superior Tribunal Militar, Carlos Alberto Marques Soares, os conselheiros do Conselho Nacional de Justiça Walter Nunes, Marcelo Nobre e Felipe Locke e o deputado federal Paes Landim (PTB-PI), além de presidentes de associações nacionais de magistrados, de entidades filiadas à Ajufe, juízes federais associados, defensores públicos e jornalistas.

“Hoje, depois de muito sacrifício, inauguramos este novo espaço, feito exatamente para ser a casa de todos os

juízes federais. Mas esta é uma casa para receber também os juízes de todos os segmentos da magistratura, que serão sempre muito bem-vindos. É a realização de um sonho. É mais uma pedra, mais um tijolo nesta grande estrutura que é a Associação dos Juízes Federais do Brasil”, afirmou Mattos, agradecendo a presença de todos.

Após o discurso do presidente, foi descerrada a placa de remodelação e renovação da estrutura física da entidade. Em um gesto de apreço e reconhecimento, Fernando Mattos convidou os ex-presidentes da Associação Walter Nunes e Paulo Sérgio Domingues para procederem, juntos, ao descerramento da placa.

### Homenagens

Dois magistrados federais que ajudaram a construir a história de 37 anos da Ajufe foram homenageados na solenidade. O primeiro a receber a homenagem foi o saudoso desembargador Jediael Galvão Miranda, ex-diretor de Assuntos Legislativos da Ajufe, falecido em julho de 2008. A Associação concedeu o nome do juiz a uma das salas de sua sede, cujas novas instalações foram apresentadas na mesma cerimônia.



Fotos: Luiz Antônio

Juízes descerram placa da sala Jediael

Depois foi a vez de Walter Nunes ser reconhecido, com a inauguração da nova galeria de fotos dos ex-presidentes da Associação, que agora conta com a sua fotografia. O espaço fica em um local privilegiado na sede, dando mais visibilidade aos magistrados que ajudaram a construir a história da entidade. Na presença de diversas autoridades, Walter Nunes estreou sua fotografia e, emocionado, afirmou ter ficado muito honrado com a lembrança.

### Ajufe lança novo site

Em meio a tantas novidades, a Ajufe lançou seu novo portal na internet. Com um visual mais limpo e novas ferramentas, a página proporcionará maior navegabilidade e agilidade na atualização cadastral dos atuais e dos novos associados, bem como maior interatividade na Lista Ajufe. Também ampliará a divulgação dos programas e campanhas promovidos pela entidade, além de disponibilizar maior destaque às notícias, o que dará mais visibilidade à atuação da diretoria e dos associados.

A nova página foi apresentada no dia 2 de dezembro pelo vice-presidente da Ajufe na 1ª Região, Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes. Ele destacou que com o portal reformulado será muito mais fácil acessar as publicações e os vídeos sobre as ações da entidade. “E o site, certamente, ficou muito mais bonito”, complementou.



Fernando Mattos e ex-dirigentes da Ajufe inauguraram espaço renovado

# Cartilha da Ajufe apresenta o passo a passo do direito previdenciário

Revista foi lançada no Centro Cultural da Justiça Federal, no Rio de Janeiro

Um guia dos direitos do cidadão no que se refere às peculiaridades do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Assim pode ser resumida a *Cartilha de Direito Previdenciário*, lançada no dia 11 de dezembro no Centro Cultural da Justiça Federal, no Rio de Janeiro (RJ). Em linguagem simples e didática, com o auxílio de ilustrações, a publicação produzida pela Ajufe, em parceria com as Organizações Globo, tem tiragem de 10 mil exemplares. Diversas autoridades do Judiciário local, com destaque para os desembargadores federais da 2ª Região, prestigiaram a solenidade de lançamento da nova revista da Associação.

“São iniciativas como esta que dão a certeza de que o Judiciário está evoluindo, está cada vez mais consciente da necessidade de ser efetivo, de chegar à população, de ser rápido e eficaz, que é o anseio da sociedade”, afirmou o diretor jurídico das Organizações Globo, Antonio



Juíza Raquel Corniglioni discursou durante solenidade de lançamento da cartilha

Cláudio Ferreira Neto, durante o evento. Segundo ele, a parceria com a Ajufe tem dado muitas alegrias às Organizações Globo, pois permite à empresa contribuir com a evolução do Judiciário, seja em projetos como a *Cartilha de Direito Previdenciário*, seja com o programa *Expedição da Cidadania*.

Presente ao evento, a diretora Cultural da Ajufe, Raquel Corniglioni, idealizadora da revista, saudou o companheiro de empreitada, Bruno Augusto Santos

Oliveira, diretor de Informática da Associação, e falou sobre a importância social da publicação. “Esta cartilha é uma forma de jurisdição preventiva. Assim como a gente investe em saúde preventiva, devemos também começar a investir em jurisdição preventiva, que é o esclarecimento do cidadão acerca dos seus direitos e deveres. Gostaria de lançar um desafio para editarmos milhares de cartilhas, que possam ser distribuídas em todo o País”, salientou Corniglioni.

## Morro Dona Marta receberá Expedição da Cidadania



Magistrados com governador Sérgio Cabral

A próxima etapa do programa *Expedição da Cidadania* acontecerá no Morro Dona Marta, no Rio de Janeiro. O local foi definido no dia 11 de dezembro, em reunião com o governador do estado, Sérgio Cabral, no Palácio das Laranjeiras, quando o presidente da Ajufe, Fernando Mattos, a coordenadora dos juizados especiais federais da 2ª Região, desembargadora federal Liliane Roriz, e a juíza Adriana Rizzotto apresentaram a ideia

de realizar um juizado federal itinerante no estado, por meio da *Expedição da Cidadania*. O Morro Dona Marta é uma comunidade que teve seu cotidiano completamente transformado após a instalação da chamada “polícia pacificadora” e, por isso, foi eleito o lugar mais adequado para receber o programa.

Entusiasmado com a ideia, que deverá ser posta em prática até abril de 2010, Sérgio Cabral colocou todo o aparato do governo fluminense à disposição da Justiça Federal e da Ajufe para viabilizá-la o mais breve possível. Ele também se prontificou a tratar do assunto com o prefeito Eduardo Paes. “Toda a equipe da *Expedição da Cidadania* poderá subir o Morro Dona Marta às 3 horas da madrugada, se for preciso, que não terá problema

algum”, garantiu o governador.

Sérgio Cabral disse ainda que, para maior êxito, é necessário um trabalho de comunicação interna para mobilizar a comunidade a respeito da iniciativa, fazendo com que os moradores saibam previamente que poderão apresentar suas demandas e buscar seus direitos, sem contar os inúmeros serviços que serão oferecidos, como emissão de diversos documentos, e os atendimentos médicos e odontológicos que serão prestados.

Segundo levantamento feito por Liliane Roriz, o maior interesse da comunidade do Morro é com relação aos benefícios do INSS. A data exata da expedição ainda será definida pela juíza Adriana Rizzotto e por representantes da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

# Políticas públicas e responsabilidade do Estado na pauta da magistratura

Assunto foi debatido no XXVI Encontro Nacional dos Juízes Federais



Kraw Penas

Cerimônia de abertura do evento contou com a presença de autoridades do Judiciário

Os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça, ministro Gilmar Mendes, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho da Justiça Federal (CJF), ministro Cesar Asfor Rocha, o então advogado-geral da União, José Antonio Dias Toffoli, o corregedor-geral da Justiça Federal, ministro Francisco Falcão, as ministras do STJ Eliana Calmon e Laurita Vaz, os presidentes dos TRFs, o secretário de Reforma do Judiciário, Rogério Favretto, magistrados federais e representantes de diversas entidades de classe prestigiaram o XXVI Encontro Nacional dos Juízes Federais, realizado em Curitiba (PR), de 8 a 11 de outubro.

Em seu discurso, o presidente da Ajufe falou da importância do encontro anual para estreitar os laços e garantir a união da magistratura federal. “Na busca dessa união, já realizamos quatro reuniões de diretoria ampliadas no primeiro ano de mandato”.

O ministro Gilmar Mendes destacou, em seu discurso, a importância da realização de eventos como esse. “O XXVI Encontro Nacional dos Juízes Federais marca o engrandecimento da categoria e permite o aperfeiçoamento de temas relevantes

e atuais em debate no Poder Judiciário”.

Da mesma forma, o ministro Asfor Rocha enfatizou a contribuição que a Ajufe tem dado ao crescimento da magistratura federal. “Trago aqui a palavra do STJ e do CJF para dar os parabéns à entidade pela contribuição que tem dado aos órgãos jurisdicionais e políticos para melhorar a magistratura federal e dar suporte aos seus associados”.

O então advogado-geral da União, Dias Toffoli, atual ministro do STF, ressaltou em sua manifestação que a realização de eventos como o Encontro Nacional é uma importante troca de experiências. “É importante que a magistratura federal esteja a par dos problemas da sociedade. Além disso, o momento em que o País vive exige a participação ativa da magistratura federal”.

O corregedor-geral da Justiça Federal, ministro Francisco Falcão, destacou a colaboração que a Ajufe tem dado à Corregedoria. “O País precisa dos serviços da Ajufe para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito”.

Na avaliação do presidente do TRF-4, Wilson Darós, o evento é uma excelente oportunidade de aproximação e confraternização da categoria. “É um momento para

os juízes federais se entregarem à entidade de classe para fazê-la ainda mais forte”.

O coordenador científico do XXVI Encontro Nacional, Vladimir Passos de Freitas, salientou que “com a realização do evento, a Ajufe prova sua consolidação no cenário nacional como uma entidade respeitada e ouvida”.

## Carta de Curitiba

A crescente apresentação, ao Poder Judiciário, de questões que exigem decisões sobre os rumos das políticas de responsabilidade do Estado foi tema de destaque no Encontro. Chamados a se manifestar sobre a efetividade das políticas públicas, os juízes brasileiros não raro deliberam sobre tratamentos de saúde, produção de energia e uso de bens naturais e culturais, alcançando direitos e interesses não diretamente representados no espaço processual.

Na Carta de Curitiba, os juízes manifestaram sua preocupação com a relação “Judiciário X políticas públicas”, e propuseram reflexão sobre os papéis dos Poderes. O aguçamento das relações sociais produz situações tensas que não são resolvidas pelas instituições de investidura política. O desgaste eleitoral de ditar rumos em temas sensíveis leva, frequentemente, parlamentares e chefes do Executivo a não decidirem. Ao Judiciário, contudo, é vedado não decidir.

Embora, conforme a Constituição, o Judiciário não tenha competência para formular políticas públicas, a cada dia os magistrados se deparam com lides que demandam decisões de alta sensibilidade política. Diante disso, a categoria considera urgente a formulação de diretrizes doutrinárias e jurisprudenciais que sirvam de guia para sua atividade, sem prejuízo da independência.

### CJF prestigia Ajufe

O Conselho da Justiça Federal (CJF) reuniu-se na capital paranaense, na sede da Seção Judiciária do Paraná, algumas horas antes da abertura do XXVI Encontro Nacional dos Juizes Federais. Na ocasião, o presidente do Superior Tribunal de Justiça e do CJF, ministro Cesar Asfor Rocha, destacou que a realização da sessão do órgão em Curitiba foi uma forma de prestigiar a Ajufe.

Também participaram da reunião os ministros Ari Pargendler, Francisco Falcão, Eliana Calmon e Laurita Vaz, do STJ; os

desembargadores Jirair Meguerian, Paulo Espírito Santo, Marli Ferreira, Vilson Darós e Luiz Alberto Gurgel; e o secretário de Reforma do Judiciário, Rogério Favreto.

### Avaliações

Para a juíza Bianca Georgia Arenhart, uma das organizadoras do XXVI Encontro Nacional, o tema tratado na Carta de Curitiba é de relevância atual, sendo resultado de debates intensos e participações das mais efetivas, com palestrantes excepcionais que trouxeram experiências internacionais sobre o assunto.

A diretora de comunicação da Ajufe, Lidiane Bonfim, qualificou a programação científica como de altíssimo nível. Para ela, os palestrantes mostraram-se todos muito bem preparados, o que possibilitou que o programa científico trouxesse resultados exemplares, o que mostra que a Ajufe está cada vez mais preocupada com o aperfeiçoamento da magistratura federal.

### Informatização

Pela primeira vez, os juizes ausentes puderam participar virtualmente da assembleia geral centralizada.

## Palestrantes de peso do Brasil e exterior garantem sucesso do evento

### Dardo Preza Restuccia, Uruguai

Ministro do Tribunal do Contencioso Administrativo do Uruguai, Dardo Preza Restuccia abriu o ciclo de palestras do encontro. “É uma honra participar e compartilhar da cultura do seu País com centenas de magistrados”, afirmou na ocasião. Após a homenagem aos juizes federais, ele explicou os fundamentos e os princípios constitucionais que regem o funcionamento do tribunal uruguaio, que julga atos administrativos definitivos praticados pelo governo que violem ou lesem direitos de pessoas físicas ou jurídicas. Contudo, explicou o jurista, “a atuação do tribunal é limitada, pois este não pode reformar os atos administrativos”.

### Justice Gregory Hobbs Jr., EUA

Justice Gregory Hobbs Jr., da Suprema Corte do Estado do Colorado, nos Estados Unidos (EUA), fez elogios à Constituição Federal brasileira. De acordo com ele, no Brasil, a Carta Magna é baseada nos princípios da dignidade da pessoa humana para garantir uma sociedade mais livre e justa, sem qualquer forma de discriminação, e prevê a resolução pacífica de conflitos, tudo em prol da valorização do cidadão. O jurista também ressaltou a importância da corte suprema norte-americana, “um dos braços do governo



Restuccia (de pé) abriu ciclo de debates

para a elaboração de políticas públicas”, segundo Hobbs Jr.

### Clèmerson Merlin Clève, Brasil

“A atuação jurisdicional frente às políticas públicas” foi o tema central do painel apresentado pelo professor da Universidade Federal do Estado do Paraná (UFPR) Clèmerson Merlin Clève. Ele observou que as políticas públicas não devem ser confundidas com as políticas sociais, pois envolvem o somatório da atuação normativa do Estado. “Políticas públicas abrigam valores que devem ser aplicados, e a Constituição é o centro da pirâmide

jurídica que impõe a eficácia horizontal dos direitos e valores”, disse, explicando as diferenças entre o controle democrático “hard” – que aborda temas como a liberdade de expressão, o poder econômico no processo eleitoral, os direitos sociais, as relações homoafetivas e a saúde pública – e o “soft” – que pode ser exemplificado pelas questões eminentemente políticas, ações coletivas, processo legislativo e cláusulas abertas da Constituição, como o aborto e a eutanásia.

### Carlos Frederico Marés, Brasil

As oficinas sobre os temas “A questão indígena e seus reflexos no Poder Judiciário” e “Cooperação jurídica internacional na colheita de provas, sequestro e confisco de bens” encerraram a programação científica. Durante a oficina sobre a questão indígena, o procurador do estado do Paraná Carlos Frederico Marés disse que o tema é um dos mais difíceis a serem debatidos pelas sociedades latino-americanas, pois o raciocínio dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo é individualista e racionalista, e as sociedades indígenas, por sua vez, funcionam com a emoção coletiva: “Quando se sabe qual é a diferença e qual é a razão do outro, é mais fácil a gente compreender, julgar e viver com o outro”.

# Relevância das turmas recursais norteou debates do VI Fonajef

Realizado em Goiânia, evento reuniu mais de 70 juízes federais



Felipe Miranda

Participantes do VI Fonajef lotam auditório durante solenidade de abertura

Foi um sucesso o VI Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais (Fonajef), realizado nas dependências do Hotel Castro's, em Goiânia (GO), de 18 a 20 de novembro. Autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário compareceram à solenidade de abertura, que contou com a presença de mais de 70 juízes federais. O encontro teve como tema central “Turmas Recursais” e foi coordenado pelos juízes federais Roberto Carlos de Oliveira, Cristiane Conde Chmatalik, Paulo Ricardo Arena Filho e Paulo Paim da Silva.

O presidente da Ajufe, Fernando Mattos, defendeu a realização de encontros como o Fonajef e destacou a importância dos juizados especiais federais (JEFs), ressaltando que, desde que foram criados, já foram distribuídos mais de sete milhões de processos nesses juizados. “Os números mostram que os JEFs têm contribuído de forma efetiva para uma melhor distribuição da Justiça em nosso País”, salientou.

O conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Jorge Hélio Chaves de Oliveira enalteceu a relevância dos JEFs para o aprimoramento do Estado Democrático de Direito. Para ele, “os JEFs funcionam como uma vitrine pedagógica para o restante do Judiciário do Brasil”.

## Programação científica

O primeiro dia de atividades foi dividido em duas etapas. Pela manhã, os participantes assistiram a dois painéis. A primeira palestra, sobre o tema “Turma Nacional de Uniformização (TNU)”, foi proferida pelo juiz federal Hélio Campos Ourem. Um dos pontos abordados foi a Lei nº 10.259/2001, que dispõe sobre a instituição dos juizados especiais cíveis e criminais no âmbito da Justiça Federal. Mas Campos também ressaltou as vantagens dos JEFs. “Apesar de tratarem de questões envolvendo causas simples de menor valor e complexidade, eles buscam a facilitação do acesso à Justiça, agilidade, baixo custo, simplificação de procedimentos e a desnecessidade de precatórios, aproximando a Justiça dos cidadãos mais pobres”, frisou.

Após a apresentação do juiz Hélio Campos, foi a vez de representantes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) proferirem palestra, uma novidade do evento. Os palestrantes deram detalhes do Programa de Redução de Demandas Judiciais do INSS. Segundo eles, a iniciativa tem como objetivo, entre outros,

## VII Fonajef

Durante a plenária final, foi decidido que o VII Fonajef será realizado na 2ª Região. A Comissão Organizadora será composta pelos juízes federais Vallisney de Souza Oliveira (1ª Região), José Eduardo do Nascimento (2ª Região), Vanessa Vieira de Mello (3ª Região), Márcia Vogel Vidal de Oliveira (4ª Região) e André Dias Fernandes (5ª Região).

reduzir a quantidade de ações ajuizadas contra o instituto, por meio da identificação de conflitos jurídicos em matéria previdenciária, os quais serão previamente resolvidos pelo Ministério da Previdência Social ou pela Advocacia-Geral da União.

## Plenária final

A plenária final marcou o último dia de atividades do VI Fonajef. Após os intensos debates, foram aprovados 11 enunciados e 15 recomendações administrativas – sugeridos pelos grupos de discussão –, os quais serão encaminhados ao CNJ, ao Conselho da Justiça Federal (CJF), aos tribunais regionais federais e às coordenadorias dos JEFs, onde poderão ser transformados em súmulas vinculantes.

Para o presidente da Comissão Científica do VI Fonajef, Roberto Carlos de Oliveira, o balanço do fórum foi bastante positivo. “Ter alcançado 11 enunciados para uniformizar os procedimentos foi um êxito muito grande. Isso não se deve apenas ao elevado número de propostas aprovadas, mas, também, à riqueza dos debates”, enfatizou.

## Recomendações administrativas

Confira no site da Ajufe ([www.ajufe.org.br](http://www.ajufe.org.br)) o conteúdo das 15 recomendações administrativas aprovadas no VI Fonajef.

# Fórum Nacional aprova 11 enunciados sugeridos por grupos de discussão

Documentos serão encaminhados ao CNJ e ao CJF

Ao final do VI Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais (Fonajef), foram aprovados 11 enunciados, sugeridos pelos grupos de discussão e que serão encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao Conselho da Justiça Federal (CJF). Confira a seguir o conteúdo do material publicado no VI Fonajef:

## Enunciados

1. No âmbito do juizados especiais federais, a turma recursal poderá conhecer diretamente das questões não examinadas na sentença que acolheu prescrição ou decadência, estando o processo em condições de imediato julgamento.

2. A turma recursal tem poder para complementar os atos de instrução já realizados pelo juiz do JEF, de forma a evitar a anulação da sentença.

3. Convencendo-se da necessidade de produção de prova documental complementar, a turma recursal produzirá ou determinará que seja produzida, sem retorno do processo para o juiz do JEF.

4. Sempre que julgar indispensável, a turma recursal, sem anular a sentença,

baixará o processo em diligências para fins de produção de prova testemunhal, pericial ou elaboração de cálculos.

5. Cabe à turma de uniformização reformar os acórdãos que forem contrários à sua jurisprudência pacífica, ressalvada a hipótese de supressão de instância, em que será cabível a remessa dos autos à turma de origem para fim de adequação do julgado.

6. A turma de uniformização, ao externar juízo acerca da admissibilidade do pedido de uniformização, deve considerar a presença de similitude de questões de fato e de direito nos acórdãos confrontados.

7. Cabe à turma recursal conhecer e julgar os conflitos de competência

apenas entre juizados especiais federais sujeitos a sua jurisdição.

8. Fora das hipóteses do artigo 4º da Lei nº 10.259/2001, a impugnação de decisões interlocutórias proferidas antes da sentença deverá ser feita no recurso desta (art. 41 da Lei nº 9.099/95).

9. Não cabe recurso para impugnar decisões que apreciem questões ocorridas após o trânsito em julgado.

10. A tempestividade do recurso pode ser comprovada por qualquer meio idôneo, inclusive eletrônico.

11. A competência das turmas reunidas, onde houver, deve ser limitada à deliberação acerca de enunciados das turmas recursais das respectivas seções judiciárias.

## Ajufe luta para garantir a instalação das 46 varas federais

O presidente da Ajufe, Fernando Mattos, participou, a convite do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do CJF, Cesar Asfor Rocha, de almoço, na Corte, com a Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional onde foi discutida, entre outros temas, a necessidade da garantia de recursos no orçamento de 2010 para a implementação das 46 varas federais para o ano que vem.

A garantia dos recursos para a efetiva instalação das 46 varas federais é uma luta da atual diretoria da Ajufe, garante Fernando Mattos. “A Ajufe tem trabalhado, em conjunto com o STJ, CJF e os tribunais regionais federais para garantir a complementação dos recursos ao orçamento para que todas as 46 varas

federais previstas para 2010 sejam efetivamente implementadas”, destacou.

### Localização das varas federais

O CJF publicou portaria, no dia 11 de dezembro, instituindo comissão para, no prazo de 90 dias, proceder a estudos sobre a localização das varas. A comissão será composta pelos juízes Germana de Oliveira e Ávio Mozar José Ferraz de Novaes, que vão exercer os cargos de presidente e vice-presidente, respectivamente.

Sobre o tema, Fernando Mattos, e o coordenador de Comissões da entidade, Ivanir Cesar Ireno Junior, reuniram-se com o juiz Ávio Ferraz, que reiterou que a comissão está aberta para receber sugestões e dados técnicos dos magis-

trados de todos os estados do Brasil.

Durante a audiência, Mattos garantiu ao vice-presidente da comissão que a Ajufe está empenhada para obter todos os dados da competência material delegada solicitados pela Corregedoria da Justiça Federal, e assumiu o compromisso de encaminhá-los ao CJF o mais breve possível.



Ministros, juízes e parlamentares no STJ

## Prerrogativa de foro

A Ajufe apresentou ao CNJ as sugestões da entidade ao projeto de resolução que visa disciplinar questões relativas ao foro especial e ação penal originária, em especial, estabelecendo regras para a investigação de crimes praticados por autoridades que gozem de foro por prerrogativa de função. O envio das propostas atende a pedido do conselheiro Walter Nunes, por se tratar de matéria de alta relevância para a categoria.

## Competência material da JT

A Ajufe é contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 294/2008, que desloca para a Justiça do Trabalho (JT) o julgamento dos dissídios decorrentes das contratações por tempo determinado, de comissionados ou as feitas sem concurso público. O posicionamento da entidade foi manifestado ao procurador-geral do Trabalho, Otávio Brito Lopes, e ao deputado federal Flávio Dino (PCdoB-MA).

## Expedição da Cidadania

Em meados de novembro, a juíza Catarina Volkart e servidores da 2ª Vara da Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu (PR) foram às aldeias indígenas de Tekoa Okoy, Tekoa Anetete e Tekoa Itamarã entregar os documentos emitidos durante a segunda fase da *Expedição da Cidadania*, projeto promovido pela Ajufe em parceria com diversas entidades.



## Simetria com o MP

O Pedido de Providências (PP) nº 2009.100000.20434, protocolado pela Ajufe no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre a simetria constitucional entre a magistratura e o Ministério Público, não entrou na pauta da sessão ordinária do órgão do dia 11 de novembro. A análise foi adiada a pedido dos conselheiros, que desejam analisar mais detalhadamente o tema, tendo em vista seus reflexos em toda a magistratura.

## VI Prêmio Innovare

O presidente da Ajufe, Fernando Mattos, e o vice-presidente da entidade na 3ª Região, Nino Toldo, prestigiaram a solenidade de entrega do VI Prêmio Innovare, realizada no dia 17 de dezembro, no STF. Na ocasião, Fernando Mattos entregou uma placa de menção honrosa ao desembargador Roberto Eugênio da Fonseca Porto, do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, pela prática *Processo Eletrônico na Vara de Execuções Criminais*. A Ajufe é uma das organizadoras do Innovare.

## Expansão da JF

A Ajufe instituiu uma comissão permanente para acompanhar, no CJF e no Congresso Nacional, a expansão da Justiça Federal de segundo grau. A comissão avaliará a questão sob duas vertentes: a elevação dos cargos de desembargador federal dos atuais TRFs e a possibilidade de criação de novos órgãos de segunda instância na Justiça Federal.

## Reforma do CPP

A Ajufe encaminhou em dezembro, a todos os senadores, a Nota Técnica nº 15/2009, manifestando sua preocupação com o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 156/2009, sobre a reforma do Código de Processo Penal (CPP). A entidade defende a realização de mais debates a respeito do tema, e pede mudanças no PLS para manter no texto o poder de instrução complementar do juiz na ação penal, conforme previsto no CPP vigente.

## Escolha dos ministros do STF

A Ajufe divulgou nota pública defendendo que as vagas destinadas à magistratura de carreira na composição dos tribunais superiores, inclusive no Supremo Tribunal Federal (STF), devem ser ocupadas por juízes originários da magistratura de primeira instância. Pesquisa promovida pela Associação revelou que 89,13% dos associados são contra o atual critério previsto na Constituição para a nomeação dos ministros do STF.

## Quitação dos passivos

A luta da Ajufe para obtenção dos recursos para a quitação dos passivos devidos aos magistrados federais logrou êxito. Contando com o apoio decisivo do Conselho da Justiça Federal, foi autorizada a liberação de mais de R\$ 100 milhões para a incorporação dos direitos reconhecidos aos juízes. O esforço da Associação também assegurou o pagamento parcial da Gratificação Especial de Localidade (GEL) e da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE).